

O discurso da empregabilidade e a individualização do processo de ingresso no mercado de trabalho

Anelise D'Arísbo (UFRGS e IFRS) - anelise.darisbo@farroupilha.ifrs.edu.br

Bibiana Volkmer Martins (UFRGS) - bibivolkmer@hotmail.com

Resumo:

Mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva têm resultado em significativas transformações para o mercado de trabalho desde a década de 1990. Em âmbito mundial começam a ser sentidas dificuldades em absorver a mão de obra no mesmo ritmo que aumenta sua oferta. Nesse contexto, a noção de empregabilidade, entendida como capacidade individual de disputar as possibilidades limitadas de inserção oferecidas pelo mercado de trabalho e de se ajustar a ele, ganha espaço e toma o lugar da garantia de emprego como direito social. Com o resgate da discussão acerca da empregabilidade, foi possível observar que a noção hegemônica, baseada na ressignificação da teoria do capital humano, fornece à temática uma conotação individualizante e focada na formação. Assim, à luz da sociologia econômica, este ensaio tem por objetivo apontar que existem outros elementos além da formação que interferem na empregabilidade. Ao se assumir a presença de uma estrutura social que influencia as relações do mercado de trabalho e que apresenta oportunidades desiguais para os indivíduos ao seguir uma lógica não racional, o discurso da individualização não se sustenta, bem como a ideologia no qual ele está ancorado.

Palavras-chave: *empregabilidade, mercado de trabalho, sociologia econômica.*

Área temática: *GT-22 Trabalho em Mutação: Carreira, Ocupações e Inserção Profissional na Contemporaneidade*

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a década de 1990, mudanças resultantes do projeto de reestruturação produtiva trouxeram significativas transformações para o mercado de trabalho, isto é, a integração à esfera do trabalho de inovações tecnológicas, novas formas de organização como a produção enxuta, a crescente internacionalização e desterritorialização dos mercados. Em âmbito mundial dificuldades como a de expandir a demanda por mão de obra em ritmo correspondente à absorção dos que entram no mercado de trabalho começaram a ser notadas (ROCHA, 2008).

Nesse cenário, tanto jovens como adultos têm competido de modo desigual pelos escassos empregos existentes (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Apesar de o desemprego atingir a todos, são os jovens que mais padecem, haja vista a sua vulnerabilidade às adversidades do mercado de trabalho, em virtude de características como a falta de experiência e a busca por experimentação (ROCHA, 2008).

De acordo com Guimarães (2013) os jovens compõem um segmento que estabelece maciçamente vínculos de trabalho temporários, os quais chegaram, no Brasil, a 60% do tipo de vínculos estabelecidos por esse grupo no ano de 2010. Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período de 1995 a 2008, considerando jovens de 15 a 29 anos de idade, demonstraram que a taxa de desemprego foi de 8,8%, o que significou mais do que o triplo da taxa de desemprego aferida entre as pessoas acima de 30 anos de idade no mesmo período (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013).

Nesse contexto, a noção de empregabilidade, entendida como capacidade individual de disputar as possibilidades limitadas de inserção oferecidas pelo mercado de trabalho e de se ajustar a elei, ganha espaço e toma o lugar da garantia de emprego como direito social (NÁDER e OLIVEIRA, 2007; GENTILI, 2011). A empregabilidade passa, assim, a ser a propagada como a nova alternativa dos indivíduos e, na era do fim do trabalho, a competência empregatícia flexível torna-se a possível garantia de sucesso no mundo laboral. Contudo, com um custo social que evidencia a natureza estruturalmente excludente dos novos tempos (GENTILI, 2011). Segundo Lemos, Rodrigues e Monteiro (2011, p. 597):

A ênfase dada à empregabilidade no debate contemporâneo sobre o mundo do trabalho desloca o eixo da responsabilidade pela geração de oportunidades de trabalho da sociedade para o indivíduo. Esse deslocamento não é sem custo para o trabalhador que sente o peso da responsabilidade sobre algo que, na maioria das vezes, tem pouca ingerência.

Assim, para a constituição da dita competência empregatícia flexível, o entendimento assumido é o de que a formação exerce papel inexorável. Nesse sentido, se observa que a formação é entendida como dimensão prévia a ser adquirida para que o indivíduo se torne apto a disputar as vagas no mercado de trabalho. O indivíduo deve, assim, conquistar a sua empregabilidade. Com isso, nota-se um resgate da teoria do capital humano de Theodore Schultz (1973), da década de 1960, mas ressignificado. Passou-se da lógica fundada nas necessidades e demandas de caráter coletivo – economia nacional, competitividade das empresas, riqueza social, entre outras – à lógica econômica unicamente privada e orientada “[...] pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho” (GENTILI, 2011, p. 81). O que o discurso da empregabilidade faz, assim, é enfatizar as diferenças existentes entre os indivíduos, de forma a hierarquizá-los (LEMONS, RODRIGUES e MONTEIRO, 2011).

Dessa forma, o objetivo deste ensaio é discutir a empregabilidade tomando por base a sociologia econômica, a qual se acredita poder trazer contribuições para que se desvele elementos sociais que, além da formação, podem exercer influência sobre a empregabilidade dos jovens.

1.1 O DISCURSO DA EMPREGABILIDADE

O discurso da empregabilidade construído, exposto e reafirmado pela mídia, retrata um sujeito autônomo que “assume voluntária e inconscientemente a responsabilidade pela gestão de sua carreira e consequente alocação no mercado de trabalho” (SILVA, COSTA e LEMOS, 2014, p 1). Corroborando com a mídia, trabalhos acadêmicos desde os anos 1990 afirmam o trabalhador como gestor da própria carreira, preconizando o fim dos empregos, tais como o de William Bridges (1995) e de Carvalho (2011). Com isso, a empregabilidade restaria na capacidade individual de desenvolvimento das competências requeridas pelo mercado e constantemente atualizadas por intermédio da qualificação, conforme necessidade deste (SANTANA e RAMALHO, 2004). Frente a isso, Silva, Costa e Lemos (2014) incitam a reflexão acerca da formação ideológica implícita nessa ideia que ocupa um lugar central no pensamento liberal, pois se baseia no preceito de que a posição dos indivíduos no mercado de trabalho é definida por seus méritos individuais. Dessa forma, o discurso da empregabilidade pode ser considerado um eixo ideológico do capitalismo flexível, ao afirmar que indivíduos dotados de habilidades técnicas semelhantes, teriam as mesmas oportunidades, independente de sua origem social e cultural (SILVA, COSTA e LEMOS, 2014).

Esse aspecto é problemático, pois como relembram Silva, Costa e Lemos (2014) com base em Gorz (2007), o trabalho é relevante não apenas pelo aspecto econômico que cumpre na vida das pessoas, mas pela perspectiva social, sendo compreendido como construtor de sentido e identidade social dos indivíduos, independente de, e em meio à precarização do trabalho, dificuldades lhe serem apresentadas. Ou seja, o fracasso no âmbito laboral influencia na visão de si do indivíduo: é o seu fracasso. Contudo, ao centrar o discurso da empregabilidade na visão econômica, no qual o investimento em qualificação resulta no retorno em empregabilidade, esses aspectos não são discutidos.

Cabe caracterizar a precarização, constituída pela intensificação do trabalho e flexibilização das relações contratuais de trabalho e das competências necessárias ao modelo de acumulação flexível. Assim, trabalhadores para enfrentar as condições do mercado de trabalho devem dotar-se de novas qualificações adaptativas para esse modelo (GENTILI, 2011). Com isso, o discurso da empregabilidade obtém o controle do indivíduo, mantendo-o disciplinado e comprometido com o trabalho, substituindo assim, a coerção organizacional. Ademais, de acordo com esse discurso, “o desemprego não seria consequência da incapacidade do sistema capitalista de absorver os trabalhadores disponíveis, mas sim fruto da inadequação dos postulantes a um emprego às exigências de qualificação do novo paradigma produtivo” (SILVA, COSTA e LEMOS, 2014, p 2). Ou seja, sob a ideia da empregabilidade reproduzida e reafirmada pela mídia de negócios enquanto fomentadora da cultura do *management* estaria a tentativa transferir da organização para o indivíduo a responsabilidade por sua contratação ou demissão (SANTANA e RAMALHO, 2004).

A injustiça do discurso imposto também reside na desigualdade de condições para a inserção profissional. Infelizmente, faltam dados estatísticos adequados para o acompanhamento da inserção profissional no Brasil, mas estudos apontam, além da presença da precarização do trabalho, um número significativo de brasileiros mais escolarizados que não conseguem obter colocações correspondentes às suas qualificações (LEMOS, DUBEUX e PINTO, 2009). Santana e Ramalho (2004) adicionam que o discurso da empregabilidade responsabiliza o trabalhador não só pela sua alocação no mercado de trabalho, como se o acesso ao emprego dependesse da restrita vontade individual, ignorando fatores socioeconômicos, mas

também o responsabiliza pelo desenvolvimento econômico do país e ignora soluções políticas como organizações sindicais ou mobilização da sociedade civil.

Nesse contexto, ao passo que à escolaridade resta a função de qualificar a quem a busca para o mercado, ela não se apresenta como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho. Aí reside um impasse: as políticas educacionais estão direcionadas ao mundo do trabalho, mas se ela não garante o acesso às vagas de emprego o emprego é um direito, o que garante?

1.2 O PAPEL ECONÔMICO DA FORMAÇÃO

A afirmação do papel da educação no mercado de trabalho é subsidiada pela teoria do capital humano, de Schultz (1973), a qual entende a qualificação profissional como principal requisito para empregabilidade e para a produtividade do trabalhador. Assim, atribui uma função econômica à educação e estabelece ligação entre a dimensão educacional e o desenvolvimento nacional. Em sua ressignificação, a teoria ainda responsabiliza o indivíduo por sua própria empregabilidade (CATTANI, 2011; GENTILI, 2011).

Mais além, Pochmann (2013) afirma que a ressignificação da teoria do capital humano contribuiu para a difusão do que intitula de trabalho de natureza imaterial, o qual fez com que a educação passasse a ter papel ainda mais importante que anteriormente, em uma época em que as competências laborais requeridas são elevadas e multivariadas. Com o avanço da sociedade pós-industrial os postos de trabalho são expandidos nos setores terciários da economia – nos quais se encontra o trabalho imaterial e nos quais o capital humano é visto como mais valorizado (POCHMANN, 2013). Nesse contexto, Lemos, Dubeux e Pinto (2009) apontam a revalorização da educação no contexto de modificações no mundo do trabalho, de forma que ela passa a assumir o papel de aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho.

Com essa valorização da educação pelo aspecto econômico e com a demanda por formação pelos indivíduos que procuram a empregabilidade, a expansão do ensino superior (e sua profissionalização) ganhou espaço (VOLKMER MARTINS e ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2014) - pelo apoio de políticas públicas que afirmam o papel da educação para o desenvolvimento nacional, mas essencialmente pela expansão da rede privada que visualiza a demanda pela formação como oportunidade de mercado. O Censo de 2014 registrou um total de 7.828.013 matrículas em ensino superior, contra um pouco mais de 3 milhões registradas em 2001. Dessas, 1.029.767 matrículas na modalidade superior tecnológica (profissional), contra 42.852 registradas em 2004, representando 13,15% do total das matrículas em educação superior (INEP, 2004; 2014).

Entretanto, diante da incerteza do emprego frente à vulnerabilidade que se apresenta aos jovens face à diversificação das relações de trabalho (GUIMARÃES, 2013), da garantia menor ainda de elevação de renda com o aumento da escolaridade e da não consideração de elementos sociais para a compreensão das relações de empregabilidade, novas perspectivas são requeridas. Do entendimento que o mercado de trabalho carece de visões alternativas que considerem elementos sociais para sua compreensão, surge a necessidade de uma abordagem que desvele tais elementos aos quais ressignificação da teoria do capital humano não atenta. A abordagem econômica não explica as nuances e diferenciações que se apresentam no seu espaço, o qual é composto pela interação entre agentes sociais diversos. Não é suficiente para discutir as redes de relações que são apontadas como a maior fonte de acesso ao emprego e assim, de inserção profissional (GUIMARÃES, 2013). Não considera as construções sociais de cada profissão ou área de atuação, bem como a influência de outros agentes nas ações que ocorrem dentro de um determinado mercado de trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Não explica

o número de pessoas com formação superior desempregadas nem como as desigualdades que se apresentam antes mesmo da inserção profissional incidem na empregabilidade.

1.3 A VISÃO DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA PARA O MERCADO DE TRABALHO

Nesse contexto, ao entender que o mercado de trabalho abarca em suas relações elementos sociais. A abordagem sociológica de mercado de trabalho nasce como forma de suprir uma insuficiência da abordagem econômica a qual, em linhas gerais entende o mercado de trabalho como o espaço entre o contratante e o vendedor de trabalho. Nessa perspectiva, o mercado de trabalho constituiu-se, por muito tempo, como um âmbito de estudos preocupado mais com resultados e configurações, do que com os processos que nele aportavam lugar. A complexidade dos processos se conservava pouco percebida (GUIMARÃES, 2008).

Para Granovetter (2007, p. 3) “[...] os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido”. Granovetter (2005) postula que a estrutura social – constituída por redes sociais – afeta os resultados econômicos por três motivos, a saber: (i) as redes sociais afetam o fluxo de qualidade da informação; (ii) as redes sociais apresentam-se como relevante fonte de recompensa e punição, dado que elas têm ampliado seu impacto, muitas vezes, quando provenientes de conhecidos pessoais; em terceiro lugar (iii) é no contexto de uma rede social, que irá emergir, se for para ocorrer, a confiança – confiança essa, de que os outros irão fazer a coisa ‘certa’. Indo além, o autor cunhou o termo *embeddedness* (enraizamento), o qual perpassa a visão de que de que as representações socialmente construídas que os agentes sociais econômicos possuem conformam as relações de mercado (SWEDBERG, 2004).

Refletindo acerca de princípios desenvolvidos por sociólogos sobre interação da estrutura social, da informação, da capacidade de punir e premiar pessoas, bem como da confiança Granovetter (2005, p. 33), discute como “[...] as estruturas sociais e as redes sociais podem afetar os resultados econômicos, como contratação, preço, produtividade e inovação”. Assim, à sociologia econômica caberia a tarefa de descrever a maneira pela qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes. Para Raud-Mattedi (2005), Granovetter entende então, que o mercado não seria um jogo livre de forças abstratas – oferta e procura entre atores -, mas seria um conjunto de relações que se encontrariam estreitamente imbricadas em redes concretas de relações sociais.

Conforme Guimarães (2009), autores como Granovetter levantaram a questão de que a articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho não ocorre somente com base em mecanismos mercantis de difusão da informação, mas também se constitui como subproduto de outros tipos de relações, para além das mercantis. Tais achados, ao sugerirem que nem todos os indivíduos têm o mesmo acesso a informações ocupacionais pertinentes, de modo que não se beneficiam de igual maneira de suas redes de relações, permitiram reflexões importantes acerca, principalmente, de oportunidades de saída do desemprego.

No Brasil as reflexões acerca da sociologia econômica e o emprego desta para pensar os mercados de trabalho é mais recente. Dessa forma, além de serem poucos os estudos, na maioria das vezes o que se faz é utilizar a teoria de redes de relacionamentos de Granovetterⁱⁱⁱ como base para trabalhos empíricos. Contudo, são poucos os estudiosos que buscam realizar contribuições para o avanço teórico da sociologia econômica^{iv} ou mesmo para refletir teoricamente acerca dos mercados de trabalho.

Um dos poucos trabalhos que busca utilizar as reflexões da sociologia econômica para pensar os mercados, especificamente o da circulação do trabalho, é o vem sendo realizado por

Nadya Guimarães, e está expresso em dois textos produzidos em 2008 e 2009. A autora, inspirada na sociologia econômica desenvolveu seus estudos de modo buscar demonstrar que as chances de obter as oportunidades ocupacionais são socialmente construídas e que, “[...] neste caso, mecanismos não mercantis são fundamentais e estão enraizados na dinâmica de relação entre indivíduo e mercado, mesmo quando observamos indivíduos que acorrem regularmente a instituições mercantis em sua busca de trabalho” (GUIMARÃES, 2009, p. 160)^v. Assim, para Guimarães (2009) o entrecruze entre oferta e demanda de trabalho precisa ser trabalhado como um processo e não somente como resultado como tem ocorrido em diversos estudos acerca de mercado de trabalho, inclusive de cunho sociológico.

O conjunto de relações que ocorrem nesse íterim, não mais é entendido como predominantemente mercantil, mas passa a comportar também elementos simbólicos e que fogem da racionalidade (FONTOURA e ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2014). Fontoura e Rocha-de-Oliveira (2014, p. 2), postulam que:

[...] categorias como emprego e desemprego atingem os indivíduos de modos distintos, pois a permanência no mercado de trabalho sofre influência de características como classe social, etnia, gênero, idade, momento do ciclo de vida, região de origem, escolaridade, instituição de formação, capacidade funcional, entre outros. Apesar de pesquisas baseadas em séries estatísticas revelarem o movimento destes segmentos no mercado de trabalho ao longo do tempo não alcançam responder quais os aspectos que os engendram e como afetam-se mutuamente.

Assim, o fato de uma pessoa estar à procura de trabalho não significa que ela está habilitada a ocupar uma vaga, visto que são inúmeros os elementos sociais que podem influenciar esse processo. Além disso, para Guimarães (2009), os indivíduos não possuem igual acesso às informações ocupacionais pertinentes, de modo que nem todos se beneficiam de suas redes de relacionamento igualmente. Tal fator pode ser creditado tanto à posição ocupada na rede não ser muito favorável, como ao fato da rede à qual o indivíduo tem acesso não ser eficaz no que diz respeito às informações que nela circulam.

Dessa forma, compreendemos os avanços que já foram efetuados pelas discussões da sociologia econômica no Brasil por autores como Rocha-De-Oliveira e Piccinini (2011), bem como Guimarães (2009, 2013), e acreditamos que há espaço ainda para outras discussões, tais como a que incitamos aqui. Reconhecemos ainda a existência de limitações da sociologia econômica como base teórica, como já apontado por Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2011), tais como: (i) baseia-se fundamentalmente na ação individual, o que resulta da consideração parcial da ação de grupos e instituições na formação dos mercados de trabalho; (ii) não permite que se aprofunde a apreensão de diferenças como a de gênero, etnia e idade na formação da força de trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Poderíamos acrescentar ainda aqui, questões de mobilidade social, como o sistema de educação e a classe social, as quais também não seriam contempladas pela teoria de redes de relacionamentos.

Com o resgate da discussão acerca da empregabilidade, é possível observar que aspectos levantados pela sociologia econômica são ignorados enquanto a empregabilidade é assumida por uma perspectiva econômica individualizante. Resta uma simplificação das dimensões que compõe a empregabilidade, tal como ocorre com o mercado de trabalho e com a formação. Por outro lado, ao assumir a presença de uma estrutura social que influencia as relações do mercado de trabalho e que apresenta oportunidades desiguais para os indivíduos ao seguir uma lógica não racional o discurso da individualização não se sustenta, bem como a ideologia no qual ele está ancorado. Posto isso, o próximo tópico apresenta alguns resultados dessa proposta teórica e as conclusões.

2 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Buscamos aqui adicionar as nossas contribuições para pensar a empregabilidade a partir da sociologia econômica. Assim, resgatamos discussões sobre a empregabilidade, de forma a evidenciar a compreensão de que o seu discurso corrobora com a individualização da responsabilidade do demandante de emprego e integra a ideologia do capitalismo flexível, por intermédio do princípio da meritocracia e assim, contribui para transferir aos trabalhadores a responsabilidade por sua qualificação e conseqüente contratação. Por sua vez, é reiterada a função da formação como obrigação individual e requisito para a empregabilidade, dessa forma, ratificando a resignificação da teoria do capital humano. De forma a romper esse ciclo que infere na reprodução da ideia de individualização, apresentamos a sociologia econômica, a qual acrescenta elementos sociais à discussão do mercado de trabalho. Entendemos, porém, ser esse o princípio da reflexão.

Dessa forma, a sociologia econômica permite que se aprofundem estudos e abre espaço para discussões que não cabem na abordagem econômica. Dentre os elementos não explicados pela TCH, como teoria essencialmente econômica, estudos apontam para:

- a) a influência do contexto e da história para a formação do mercado de trabalho e das inter-relações entre as partes que o compõe:

Longe dos modelos matemáticos ou do simples “encontro” de curvas de oferta e demanda, a compreensão do mercado de trabalho requer um contexto e uma história. Assim, para análise do mercado de trabalho, é preciso estabelecer a referência a que grupo, que tipo de trabalho, qual nação, qual o histórico e como esta se insere no atual cenário geopolítico (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1535).

Mais especificamente, torna-se relevante a compreensão do espaço que a formação vem ocupar nesse mercado, de forma que o histórico das formações superiores e a representação social que se estabelece para os cursos seja considerada para análise do mercado de trabalho;

- b) A compreensão de um ambiente socioeconômico dinâmico, em que os aspectos tecnológicos não podem ser compreendidos como fenômenos isolados das variáveis sociais, mas como um sistema que interage reciprocamente. As condições culturais, crenças e valores impactam no comportamento econômico e implicam nas políticas educacionais. Dessa forma, a mudança tecnológica pode ser entendida como um processo social, pois escolhas tecnológicas são também expressões de necessidades, interesse e relacionamento de poder entre os atores sociais, essas mudanças tecnológicas e sociais impactam no mercado de trabalho desencadeando uma reestruturação das oportunidades de emprego, expressas em produção flexível, funções enriquecidas e diferenças nas exigências de qualificação profissional (PETEROSI, 2003).
- c) o enfraquecimento do argumento do desempenho individual como diferenciador e classificador dos indivíduos e o do prolongamento da formação como meio para uma melhor inserção no mercado de trabalho (VOLKMER MARTINS, ROCHA-DE-OLIVEIRA, SILVA, 2016), sendo necessários outros elementos para compreensão da inserção, da posição no mercado de trabalho e da reprodução de desigualdades nesse âmbito. Ao ressaltar as especificidades brasileiras, Volkmer Martins, Rocha-De-Oliveira e Silva (2016) apontam a importância de considerar ao pensar a inserção e a possibilidade de mobilidade social através do trabalho, os aspectos relativos à: tipo de instituição de formação (pública/privada), conciliar estudo e trabalho, gênero, idade, raça/etnia, região de origem, hábitos de

comportamento e de consumo, formas de lazer, diferentes capitais e comportamento religioso, além do contexto histórico e político.

- d) a compreensão de como o sujeito se insere nesse ambiente dinâmico e como constantemente se adapta às necessidades de conhecimentos e de relações para o trabalho, amparando-se no âmbito educacional para tal (LORDELO, 2011).
- e) a importância do reconhecimento social da formação e certificação profissional, necessária, pois sanciona o percurso escolar dos alunos. Os diplomas profissionais assumem dupla finalidade: permitem simultaneamente o prosseguimento nos estudos e o acesso ao mercado de trabalho (MORAES E NETO, 2005). Para Franzoi (2006, p.20) “a profissão de um indivíduo é resultado da articulação entre um conhecimento adquirido e o reconhecimento social da utilidade da atividade que esse indivíduo é capaz de desempenhar, decorrente do conhecimento adquirido”. Além de, na formação do profissional, importar a instrução formal devido à necessidade de reconhecimento social, e de constituição da identidade, também esta concede a autorização legal para exercer atividades (HUGHES, 1994). Ainda, o reconhecimento da instituição de ensino é fator a ser considerado, o que leva ao próximo item.
- f) A hierarquização dos cursos de nível superior enquanto elemento social construído (VOLKMER MARTINS, ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2015), e também o valor atribuído pela sociedade ao conhecimento científico e ao tecnológico (LORDELO, 2011); e a
- g) Divisão das atividades produtivas e das formas de vínculo de trabalho (modificações decorrentes da flexibilização do trabalho: terceirização, subcontratação, contrato temporário, *part time*), a pensar nas relações entre capital e trabalho (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011).

Ainda assim, frente a esse cenário de questionamentos, a sociologia é por nós convidada a oferecer um novo olhar sobre a empregabilidade, possibilitando desnudar elementos que a TCH obscurece. Para além de uma visão que responsabiliza o indivíduo pela empregabilidade, a sociologia econômica abre espaço para que se desvele a reprodução das desigualdades sociais no acesso ao mercado de trabalho. Permite, por exemplo, o entendimento da formação como um processo hierarquizante, que entendemos que possa estar vinculada às origens socioeconômicas dos indivíduos. Ou seja, a empregabilidade estaria, nesse sentido, atrelada ao curso/instituição acessados no ensino superior, os quais abririam algumas possibilidades de emprego e fechariam outras.

A sociologia econômica, com seu olhar para a estrutura social, permite ainda perceber a quais redes os indivíduos têm acesso ao longo da vida e, especialmente, quais são as redes construídas durante a formação que podem contribuir para o acesso ao mercado de trabalho. Ademais, questões obscurecidas na relação econômica como a raça e o gênero, podem ser levantadas para discutir a empregabilidade e questionar se o investimento em formação é o único levado em conta, por exemplo, no acesso a uma vaga de gestão de uma grande empresa. Possibilita ainda que questionemos a redução do papel do Estado como garantidor do emprego como direito social.

Enfim, este ensaio teórico buscou incitar maiores reflexões acerca do discurso da individualização que é atrelado à noção hegemônica de empregabilidade, de modo que possam ser ampliadas as discussões sobre a temática.

Dessa forma, assumir a visão da sociologia econômica não significa desconsiderar as relações de oferta e demanda de emprego como uma relação econômica, mas não tão somente como tal. Significa, por outro lado, abrir espaço para novas discussões de forma que outros aspectos sejam considerados para análise da empregabilidade. Esperamos assim, relativizar o

discurso legitimador e difusor de uma ideologia que torna a obtenção do emprego uma questão eminentemente individual e que transfere aos trabalhadores a responsabilidade por sua qualificação e conseqüente contratação.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio David. Teoria do Capital Humano. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011, p. 74-78.

FONTOURA, Daniele dos Santos; ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei. A construção social do(s) Mercado(s) de Trabalho: espaços de lutas de Classe, Gênero e Idade. In: VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. **ENEO 2014**. Gramado, RS, maio, 2014. p. 1-16.

FRANZOI, Naira Lisboa. **Entre a Formação e o Trabalho: trajetórias e identidades profissionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GENTILI, Pablo. Educar para o Desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 76-92.

GRANOVETTER, Mark. **Getting a job: a study of contacts and careers**. Chicago: Chicago Press, 1995.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos**, CEBRAP, n 85, nov. 2009, pp. 151-170.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias Juvenis: um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho? In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane B. **Trabalho e Formação Profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 57-72.

GUIMARÃES DOS SANTOS, Geórgia Patrícia. Juventude, Trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane B. **Trabalho e Formação Profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 73-88.

HUGHES, Everett Cherrington., **On Work, Race, and the Sociological Imagination**. Editado por Lewis A. Coser. The University of Chicago Press, Chicago e Londres, 1994

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. Resumo Técnico Senso 2004. (2004). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação (2014). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 24 fev. 2016.

LEMONS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 7, n. 2, artigo 8, Rio de Janeiro, Jun. 2009, p. 368-384.

LEMONS, Ana Heloisa da Costa; RODRIGUEZ, Daniel Arbaiza; MONTEIRO, Vinícius de Carvalho. Empregabilidade e Sociedade Disciplinar: Uma Análise do Discurso do Trabalho

Contemporâneo à Luz de Categorias Foucaultianas - **Revista O&S**. vol. 18, n.59, out./dez. 2011, p.587-604.

LORDELO Sayonara Nobre B. **Mundo do trabalho e a formação do tecnólogo: compreensões necessárias à construção da sua identidade profissional**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

MARTES, Ana Cristina Baga; DURAND, Maria Rita Loureiro, ABRAMOVAY, Ricardo. In: STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006, 134 p.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; NETO, Sebastião Lopes. Educação, Formação Profissional e Certificação de Conhecimentos: considerações sobre uma Política pública de certificação profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 93, Set./Dez. 2005.

NÁDER, Fernanda Milne-Jones; OLIVEIRA, Lucia Barbosa. Empregabilidade: Uma Análise Histórica e Crítica. In: Anais do XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro: **EnANPAD**, 2007, p. 1-15.

PETEROSI, Helena Gemignani. Novas formas ocupacionais e a questão da educação profissional. In MENEZES, J.G.C.M. e BATISTA, S.H.S.S. (orgs.) **Revisitando a Prática Docente**. São Paulo: Thomson, 2003.

POCHMANN, Marcio. **Juventudes na Transição para a Sociedade Pós-Industrial**. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane B. **Trabalho e Formação Profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise Crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política e Sociedade**, v. 6, Florianópolis, 2005, p 59-82.

ROCHA DE OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública** 2011, vol.45, n.5 pp. 1517-1538.

_____. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Jan./Jun., vol. 13, n. 1, p. 63-73, 2012.

ROCHA, Sônia. A inserção dos Jovens no mercado de Trabalho. **Cadernos CRH**. 2008, v.21, n.54, p. 533-550.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO José Ricardo. Sociologia do Trabalho. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

SCHULTZ. Theodore. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006, 134 p.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; COSTA, Alessandra de Sá Mello; LEMOS. Ana Heloisa da Costa. Ameaças, Promessas, Recomendações? A Contribuição de uma Popular Revista de Negócios para a Construção Ideológica do Discurso sobre Empregabilidade. **EnEO**, VIII, Gramado/RS, 2014.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho e Mobilidade Social: cursos superiores de tecnologia. Anais **XIV Encontro Nacional da ABET**, Campinas, São Paulo, 2015.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; SILVA, Camila SCHIERDIEN. Mercado de Trabalho: Mobilidade e Estrutura de Classes no Processo de Inserção Profissional de Jovens no Brasil. **IX Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad** – EnEO. Belo Horizonte, MG, 2016.

ⁱ Importante ressaltar que apesar de esta ser a noção hegemônica, ela não é a única de existe. Mais sobre empregabilidade em Náder e Oliveria (2007).

ⁱⁱ Estamos cientes da diferença entre as noções de trabalho e emprego. A primeira é mais antiga e está atrelada à transformação da natureza por meio da técnica. Já o segundo conceito surgiu no século XX, no qual o trabalho assume forma de contrato, caracterizado pela relação de emprego (assalariado e estável) (ROCHA-DE-OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Como os diversos autores misturam muitas vezes os termos utilizados, no artigo, quando falamos tanto de trabalho como de emprego, estamos nos referindo à relação de emprego contratado, em suas diversas variações assumidas com as mudanças nas relações de trabalho a partir do final do século XX.

ⁱⁱⁱ A exemplo de Maria da Silva (2010).

^{iv} A revista “Tempo Social” dedicou um número especial à Sociologia Econômica, em 2004, contudo, mais da metade dos autores que contribuíram com artigos eram estrangeiros. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/index.php/edicoes-anteriores/52-volume-16-numero-2>>.

Acesso em: 9 jul. 2014.

^v A autora voltou-se para uma “[...] dimensão particular e que especifica os grandes mercados de trabalho, ainda que muito pouco estudada entre os cientistas sociais, o mercado de intermediação de oportunidades ocupacionais” (GUIMARÃES, 2009).